

Quinta-feira

Teresina, 24 de setembro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ CRISE FINANCEIRA

Despesas crescem e Piauí volta ao limite prudencial da LRF

Secretário da Fazenda disse ontem que os gastos com pessoal já representam 46,17% das receitas correntes.

MUSSOLINE GUEDES
EDITOR-DESENVOLVIMENTO
LUCIANO COELHO
REPÓRTER DE POLÍTICA

O secretário estadual da Fazenda, Rafael Fonteles, disse ontem na Assembleia Legislativa que as despesas do Estado aumentaram mais do que as receitas nos primeiros oito meses do ano e que os gastos com pessoal já estão a um passo do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ele alertou que, se houver mais queda no FPE (Fundo de Participação do Estado) em outubro e novembro, o Estado corre o risco de atrasar salários ou ter de parcelar o pagamento dos servidores.

Rafael Fonteles esteve na Assembleia Legislativa para apresentar o relatório de receitas e despesas do segundo quadrimestre deste ano, período que vai de maio a agosto. A apresentação foi na Comissão de Finanças e Tributação. Ele disse que o Estado está em "alerta máximo" e com risco de colapso nos gastos. Segundo Rafael,



RAFAEL Fonteles em reunião ontem na Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa: alerta máximo

o Estado gasta hoje em torno de R\$ 300 milhões com folha de pagamento, o que corresponde a 46,17% da receita corrente líquida, de aproximadamente R\$ 650 milhões por mês.

Ele lembrou que a LRF estabelece em 46,55% o limite prudencial de gastos com pessoal, em relação à receita corrente líquida, e em 49% o limite legal, patamar em que o Estado já fica impedido de receber convênios e empréstimos, e tem de demitir pessoal. "Imaginávamos que esses gastos ficariam no máximo em 46%, mas cresceu além disso", observou. Em maio,

quando ele apresentou os dados do primeiro quadrimestre aos deputados, os gastos com pessoal correspondiam a 44,59% da receita corrente líquida.

"A situação não é ainda desesperadora, mas estamos em alerta, eu diria em alerta máximo para não aumentarmos mais as despesas", observou. O crescimento nas despesas com pessoal do início do ano para cá foi de 15% (a folha saltou de R\$ 270 milhões em janeiro para os R\$ 300 milhões de agora), contra alta de apenas 4,57% nas receitas correntes. O crescimento da folha se deu princi-

palmente pela aplicação de reajustes salariais e contratações de servidores do ano passado para cá.

Segundo os dados do secretário, este ano houve a transferência de repasses federais de apenas 65,17% do que tinha sido previsto. Para ele, se o governo não tivesse feito o parcelamento dos reajustes salariais de diversas categorias, o Estado já teria ultrapassado o limite prudencial. "O Estado pode paralisar de novo. Precisamos ter muita cautela. Se a crise continuar, o próximo trimestre vai ser muito difícil", alertou.

Foto: Ccom

Zózimo Tavares

zozimotavares@ig.com.br

LRF: sinal amarelo

O secretário da Fazenda, Rafael Fonteles, voltou ontem à Assembleia Legislativa e expôs para a Comissão de Finanças uma situação preocupante: as despesas do Governo do Estado com pessoal e encargos já chegaram a 46,17% do limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 46,55%.

"Se ultrapassar esse limite, o Estado poderá ser paralisado novamente, por isso precisa ter um controle constante com os gastos com pessoal", lembrou o secretário. Rafael Fonteles compareceu à Assembleia em cumprimento à LRF para apresentar aos deputados o Balanço Fiscal do segundo quadrimestre de 2015.

Os números apresentados pelo secretário da Fazenda sobre o comprometimento das receitas com pessoal são preocupantes porque, no início do ano, esse limite estava estourado. O governador Wellington Dias conseguiu junto ao Tribunal de Contas do Estado retirar do cálculo as despesas com os inativos e pensionistas.

Com essa pedalada fiscal amiga, o Estado teve um alívio de quase 10% e o comprometimento dos gastos com pessoal, em relação à LRF, caíram para pouco mais de 43%. Não houve aumento salarial, Estado não preencheu todos os cargos de confiança, não chamou os concursados e já chegou ao segundo quadrimestre com a luz amarela acesa quanto ao limite da LRF.

Segundo o secretário da Fazenda, houve no período um crescimento real negativo das Receitas Correntes Líquidas de 6%. Elas totalizaram R\$ 4,3 bilhões de janeiro a agosto, cresceram 4,57% nos últimos 12 meses, mas o saldo é negativo quando comparado com a inflação do período, que chega a mais de 9%.

Por isso, o Governo do Estado mantém alerta máximo em relação aos gastos com pessoal, de acordo com o secretário da Fazenda. Ele garante que a situação está sob controle e confia que, financeiramente, o Piauí terá em 2016 um ano melhor que agora, pois tem a perspectiva de entrada de recursos oriundos de empréstimos.

**ESTADO JÁ
CHEGOU PERTO
DO LIMITE
PRUDENCIAL DA
LRF OUTRA VEZ**

Balanço

Estado volta a se aproximar do limite da LRF, diz secretário

Robert Pedrosa
Repórter

O secretário da Fazenda, Rafael Fonteles, disse ontem que o impacto da folha de pagamento da receita corrente líquida do Estado voltou a crescer, aproximando-se do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por isso, Rafael vai recomendar ao governador Wellington Dias que não convoque este ano os concursados que estavam previstos, sob o risco dessa nova despesa fazer o Estado ultrapassar o limite e ainda assim atrasar o pagamento dos

demais servidores.

As declarações de Fonteles foram dadas ontem à Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação, da Assembleia Legislativa, durante demonstração do cumprimento das metas fiscais. Os aumentos salariais previstos na lei, somados aos reajustes dos servidores já negociados e ainda à queda de arrecadação no segundo quadrimestre foram apontados pelo secretário como os responsáveis pelo novo crescimento da folha.

No primeiro quadrimestre do ano, a folha consumiu 44,59% da receita corrente líquida. Agora,

está em 46,17%, muito próximo do limite prudencial de 46,55% estabelecido pela LRF. Ao atingir o limite, o Estado sofre penalidades, como inclusão no nome na lista suja do Governo Federal e ainda passa a ter alguns repasses suspensos.

“Se nós não tivéssemos parcelado os reajustes, o impacto seria bem maior e teríamos ultrapassado o limite, com consequências graves para o Estado. Por isso, estamos usando todas as alternativas para elevar a arrecadação e mantendo o controle de despesas de forma bem rigorosa”, informou o secretário.



Prestação de contas - 24/09/2015 às 09h48

Rejane estimula mecanismo para antecipar fornecimento de dados

Conheça as atitudes de pessoas de sucesso!



A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) está realizando a segunda fase de avaliação e implementação das recomendações contidas no Relatório Técnico da Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual (DFAE) do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), relativo à prestação de contas do exercício de 2013.

Após estudar o relatório do TCE/PI referente a gestão no ano de 2013, a comissão produziu um relatório discriminando as recomendações aos setores competentes da Seduc para evitar irregularidades. A comissão está notificando os setores para que em sete dias úteis apresentem justificativas e

documentação para que comprovem que os erros constatados em 2013 não estejam ocorrendo na atual gestão.

Com a apresentação das justificativas e documentações à comissão da secretaria será produzido um documento que será enviado em separados ao TCE/PI, além de todas as comprovações de normas, documentos e processos já exigidos na prestação de contas.

Neste documento estará discriminado as primeiras ações realizadas de forma preventiva para evitar que as ocorrências constatadas em 2013 não reincidam na atual gestão.

De acordo com o Auditor Governamental da CGE/PI lotado na Seduc, Nuno Bernardes, ao apresentar o documento junto a prestação de contas anual a Seduc está primando pela regularidade da gestão pública.

"Este é um trabalho de cunho predominantemente preventivo que vai contribuir na prestação de contas da atual gestão. A intenção da secretária Rejane Dias é se antecipar e adotar mecanismo de controle para que tais pendências constatadas em outras gestões não ocorram na atual", conclui o auditor.

Fonte: Com informações da Assessoria
Publicado Por: Apoliana Oliveira

Supostas irregularidades na gestão de Átila Lira podem chegar a R\$8 mi

As mais de duas dezenas de supostas irregularidades evidenciam sérios problemas de gestão na SEDUC

Curtir 18 Tweet 0 G+1 0 Compartilhar



O manual para quem quer vencer na vida



Ministério Público:

- **Ausência de documentos** nas prestações de contas mensais, o que contraria o art. 5º da Resolução TCE/PI nº 33/12;

- **Ausência dos extratos** de conta corrente, de conta de aplicação financeira e de conciliação bancária de diversas contas;

- **Atraso no envio** das prestações de contas mensais, o que também desrespeita o art. 5º, da Resolução TCE/PI nº 33/12;

- **Ausência de envio** de documento na prestação de contas anual, descumprindo o art. 6º, II, c/c art. 2º, parágrafo 4º da Resolução TCE/PI nº 33/12;

O Ministério Público abriu procedimento investigatório para apurar "eventuais irregularidades" detectadas em relatório da diretoria do Tribunal de Contas encarregada de analisar e fiscalizar as contas estaduais, feito após seus técnicos se debruçarem sobre a papelada proveniente da Secretaria de Educação. O ano em xeque é o de 2013, quando o gestor era Átila Lira (PSB), hoje deputado federal.

A promotora responsável pelo "procedimento preparatório para apurar os fatos", Leida Diniz, listou ao menos 22 ocorrências suspeitas. Se confirmadas as irregularidades elas vão comprovar que uma das mais importantes pastas de um governo era uma verdadeira zorra na gestão de Wilson Martins (PSB), um ano antes do período eleitoral.

As cifras investigadas nas licitações que pegaram 'carona' em atas de registro de preço de outros órgãos ou que, a princípio, não existe processo licitatório correspondentes, somam exatos R\$ 8.104.359, 28. O suposto rombo no erário ainda é desconhecido.

ABAIXO as 22 possíveis irregularidades investigadas pelo



- **Ausência de cadastramento de adesões** a sistema de registro de preços e, ainda, de processos de dispensa ou de inexigibilidade, no Sistema de Licitações e Contratos Web, disponibilizadas na página do TCE;
- **Fracionamento de despesas**, contrariando o parágrafo 1º, art. 23, da Lei de Licitações e ainda o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal;
- **Classificação indevida de despesas**, contrariando os artigos 8º e 37 da Lei nº 4.320/64 e Portaria Interministerial Secretaria do Tesouro Nacional e a Secretaria de Orçamento do Ministério do Planejamento;
- **Subjetividade na contratação de consultoria**, contrariando aos princípios da Administração Pública constantes do artigo 37 da Constituição Federal;
- **Adesão a registros de preços setoriais, contratação direta**, em violação ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal;
- **Irregularidades detectadas no Pregão nº 001/2013 – Serviços Gráficos da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (SEDET), dentre elas a que todos os participantes foram considerados vencedores da licitação**, infringido assim, o Decreto Estadual nº 11.319/2004;

- Irregularidades no Pregão 002/2012 – da Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SEDET);

- Contratações de serviços e aquisições de materiais baseadas em atas de registros de preços vencidas, violando o parágrafo 3º, do art. 15 da Lei nº 8.666/93 e o art 9º da Lei nº 10.520/02 – ausência de procedimento licitatório. **Total: R\$ 1.452.215,08;**

- Ausência do instrumento contratual, contrariando o art. 60, parágrafo único, Lei nº 8.666/93. **Total: R\$ 2.915.205,14;**

- Adesões ilimitadas a atas do registro de preços. Ausência nas atas de registro de preços e nos documentos de liberações dos quantitativos previstos;

- Aproveitamento de atas de outro órgão, e a ausência do documento de liberação e dos quantitativos licitados. **Valor: R\$ 1.273.219,50;**

- Ausência de quantitativos (máximos) contratados por meio dos contratos diretos derivados da ata de registro de preços de outros órgãos. **Total: 487.782,00;**

- Pesquisas de Mercado em desacordo com a Lei de Licitações e o Decreto Estadual nº 11.319/04;

- Ausência de sessão pública para abertura dos orçamentos de fornecedores;

- Pagamento de auxílio pós-graduação em desconformidade ao art. 37 da Constituição Federal e aos artigos 58 a 70 da Lei nº 4.320/64;

- Ausência de licitação para credenciar postos de combustíveis – Ticket Car, contratos no valor de **R\$ 1.975.937,56;**

- Utilização do Ticket Car para serviços não discriminados, além de veículos que não constam da relação fornecida pela SEDUC;

- Falhas e irregularidades na execução de algumas despesas.

Repórter: Rômulo Rocha
Publicado Por: Rômulo Rocha



TCE vai julgar denúncia contra prefeito Paulo Henrique

O Tribunal de Contas do Estado vai julgar, na próxima terça-feira (29), denúncia contra a prefeitura de Bonfim do Piauí.

Imagem: Portal APPM - Tnamyres Sousa



Prefeito de Bonfim do Piauí, Paulo Henrique Ribeiro

A denúncia trata de possíveis irregularidades na realização do Concurso Público Unificado promovido pela Associação Piauienses dos Municípios (APPM).

O município de Bonfim do Piauí tem como prefeito Paulo Henrique Ribeiro (PTB). O conselheiro Kennedy Barros é o relator do processo.

Keywords: [concurso](#), [appm](#), [denúncia](#), [tce-pi](#), [bonfim do piauí](#)

Escrito por Rauristênio Bezerra em 23/09/2015 às 19h49

Atualizada em 23/09/2015 - 19h49